

A VERDADE É A HISTÓRIA



Synésio Scofano Fernandes

“Não há o passado - este dado - o Passado, esta coleção de cadáveres em relação aos quais a função do historiador consistiria em encontrar todos os seus números, para fotografá-los e identificá-los um a um. Não há passado que engendra o historiador. Há o historiador que faz nascer a história”

Lucien Febvre ¹

Introdução

Circulam na mídia afirmações atribuídas a diferentes personalidades, que, com pequenas variações, podem ser sintetizadas na seguinte expressão: “Verdade Histórica”.

Inicialmente, a frase acima enunciada está envolta numa rede de conceitos que variam desde a superficialidade até a contradição. A frase diz respeito às diferentes significações assumidas pelo vocábulo verdade no decorrer do tempo ou se refere à verdade de um determinado fato ou de uma interpretação histórica? No entanto, o tema merece um exame mais profundo de modo a contribuir para o entendimento da relação verdade - história.

A palavra História originou-se da expressão grega “Istoria”, que tem dois sentidos: um objetivo - o que ocorreu - e outro subjetivo - o conhecimento do ocorrido.

Em português, também, permaneceu esse duplo sentido.

História Objetiva e História Subjetiva

Dessa ligeira análise dos significados da palavra História, é possível inferir os entendimentos das expressões: História Objetiva e História Subjetiva.

A História Objetiva refere-se ao acontecido em determinado tempo e a Subjetiva diz respeito à descrição e à interpretação, isto é, ao conhecimento

dos acontecimentos e dos fatos históricos ocorridos. O conteúdo da História Objetiva evanesce no preciso momento em que ocorre, passando a ser passado e não mais podendo ser reconstituído em todas as suas características, porque as múltiplas relações que o integram ao seu contexto, também mutante, não se repetem em outro tempo, que é o seu futuro.

O Objeto do Estudo da História

O objeto do estudo da História é único, singular, isto é, não ocorre em outro tempo diferente daquele em que aconteceu. Quanto a esse aspecto, há uma diferença em relação às ciências ditas da natureza (física, química, biologia). Nessas ciências, os objetos de suas investigações são reproduzíveis. Por outro lado, as ciências da natureza procuram estabelecer ou constatar leis universais que regulem os fenômenos investigados. São ciências nomotéticas, explicativas, enquanto a História é compreensiva, ideográfica, tendo por objetivo a compreensão do fato histórico. Não se preocupa em construir hipóteses sobre a regularidade e a previsibilidade dos fatos que observa e analisa, pois isso seria impossível. A compreensão do fato histórico, que permitirá o conhecimento do acontecido, pode ser feita sob diferentes ângulos e perspectivas, de acordo com a cultura do momento em que esse conhecimento está sendo elaborado. Cultura que circunscreve o fazer do investigador, que é afetado também, pelas suas crenças e seus interesses individuais.

As Fontes Históricas

O registro possível do conteúdo da História Objetiva consta das fontes históricas: testemunhos pessoais, documentos e outros objetos de diferentes naturezas. No entanto, essas fontes, para serem utilizadas, devem ser submetidas à crítica, de modo a avaliar-se a sua real contribuição para o conhecimento dos fatos históricos. As fontes documentais devem ser analisadas sob os pontos de vistas da isenção e das significações dos conceitos utilizados. Quanto mais os fatos se distanciam, no tempo, de um determinado presente, em que se elabora o conhecimento desses fatos passados, mais a análise semântica torna-se importante, porque os significados das palavras se alteram de acordo com a cultura. De outro lado, a crítica interna dos documentos deve focalizar, também, a isenção dos relatos escritos, porque mesmos os registros oficiais têm um comprometimento com um modo de pensar particular, podem estar submetidos a uma determinada ideologia, a um credo político, a interesses e preconceitos.

No que se refere aos testemunhos pessoais, a crítica deve considerar o contexto cultural, particularmente o social e o político, bem como os estereótipos, que, necessariamente, afetam o modo de pensar e de agir das pessoas. Portanto, os depoimentos e os relatos devem ser considerados dentro desse quadro de referências. O investigador do passado, como diz Collingwood, tem de vivenciar o personagem que, nas suas circunstâncias, relatou ou relata uma passagem desse passado. Tem de penetrar no interior dos sucessos

para descobrir os pensamentos que neles se exprimem e compreender a ação praticada.

Mas todos os registros – escritos, orais, pictóricos – disponíveis em um dado momento, são apenas referências para o conhecimento do passado, que não pode ser revivido e se perdeu no tempo.

Portanto, como assinala Heidegger, a fonte da história está no passado, mas somente o presente é criador da história. O conhecimento do passado - história subjetiva - é elaborado de acordo com a cultura de um determinado tempo presente, que possibilita, ao historiador, criar esse conhecimento. Nesse sentido, Dewey diz que “A menor reflexão mostra que o material empregado para escrever a História é aquele da época em que uma História é escrita. Não dispomos de nenhum material para os primeiros princípios, exceto aquele do presente histórico”.²

O Historiador

O trabalho de descrição, análise e interpretação do acontecido é um ato de criação do Historiador, que se vale, também, da sua imaginação e mesmo da fantasia para elaborar a sua narrativa. É um ato pessoal, intransferível. Não pode ser cooperativo ou coletivo, pois, na verdade, é uma ação solitária do Historiador. Por isso que a História Subjetiva - o conhecimento do passado - é continuamente reescrita porque sempre haverá uma perspectiva particular, inovadora, percebida pelo Historiador, que contribui para a compreensão do acontecido. Essa perspectiva decorre da cultura de um determinado

presente e da subjetividade do Historiador. Assim, a história da historiografia resulta desse permanente trabalho de reinterpretação do passado, que é infinito.

A criação da História pelo historiador não tem por objetivo reconstituir o “fato em si” ocorrido no passado, o “noumenos” (segundo uma terminologia kantiana), inacessível ao nosso conhecimento, mas interpretá-lo, de acordo com uma visão particular.

A Verdade na História

Portanto, qual a posição da verdade em relação à história? Certamente, não é a mesma daquela ocupada nas ciências da natureza (física, química, biologia), em que se procura a previsibilidade de acordo com uma lei concebida a partir de dados observáveis e de hipóteses construídas pelo pesquisador.

De outro modo, será que a verdade, na História, encontra-se na aderência dos dados decorrentes das fontes históricas ao que realmente aconteceu? A resposta a essa indagação depara-se com a impossibilidade, pois não há como comparar esses dados com um passado, que já não mais existe.

Na verdade, a constatação, ou não, da aderência das informações decorrentes das fontes ao acontecido, não seria, propriamente, a elaboração do conhecimento do passado, mas apenas uma etapa dessa atividade. Pois a História Subjetiva exige, também, a análise e a interpretação do ocorrido.

A essa altura, é necessário ressaltar que a criação do passado, realizada pelo Historiador, em um determinado presente, não resultaria, também, como poderia

parecer, da utilização de procedimentos e instrumentos judiciais, que derivam de códigos e normas próprios desse tipo de investigação e têm por objetivo apurar a infração a preceitos legais vigentes em um dado presente. Há que se precaver, contra o propósito, algumas vezes presente na história oficial, de, absurdamente, tentar criar fatos históricos por intermédio de diplomas legais. Ora, não é a lei ou o decreto que constitui e interpreta o acontecimento ocorrido no passado, o que só pode ser feito a partir de dados decorrentes das fontes históricas e do ato interpretativo e, portanto, subjetivo do Historiador.

Como se constata, a posição da verdade na História não é a mesma daquela identificada em outros campos do conhecimento humano, mas sim decorre das infinitas análises e interpreta-

ções construídas pelos investigadores para compreender o passado e, enfim, o espírito humano. Nesse sentido, cada narrativa tem a sua própria verdade, que resulta da coerência e da integridade da atividade do Historiador. Cabe, no momento, retornar à advertência de cautela recomendada por Renouvin em relação à “tendência de buscar no passado argumentos históricos propícios à concretização de teses políticas atuais, falseando a pesquisa e levando, muitas vezes, os historiadores a sacrificarem a sua independência espiritual, pelo desejo de servir a teses políticas ou ideológicas”.³

Portanto, há que se separar a construção da História Subjetiva de outros tipos de trabalhos, que objetivam atender a interesses políticos e ideológicos, quase sempre provisórios e superficiais.

Synésio Scofano Fernandes

- (1) Lucien Febvre. Prefácio a Charles Mozaré, *Trois essais sur histoire ET Culture*, Pág VIII.
- (2) John Dewey: *Logic: The Theory of Inquiry*, NY, 1949, Pág 223.
- (3) P. Renouvin, “*L’orientation actuelle des travaux d’histoire contemporaine*”, pág 372.

Gen Div Synésio Scofano Fernandes é natural do Rio de Janeiro. Foi Comandante do Centro de Estudos de Pessoal (CEP) e Diretor de Assuntos Culturais (DAC). Atualmente é Vice-Presidente da FUNCEB.